

CIÊNCIAS JURÍDICAS:

Fundamentação, participação e efetividade



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2021

CIÊNCIAS JURÍDICAS:

Fundamentação, participação e efetividade



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciências jurídicas: fundamentação, participação e efetividade

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências jurídicas: fundamentação, participação e efetividade / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-189-0

DOI 10.22533/at.ed.890211506

1. Direito. 2. Fundamentação. 3. Participação. 4. Efetividade. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Em **CIÊNCIAS JURÍDICAS: FUNDAMENTAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E EFETIVIDADE**, coletânea de vinte e sete capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, nesse volume, quatro grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em direitos humanos; estudos em políticas de acesso a direitos e dos sujeitos socialmente vulneráveis; estudos sobre os impactos da COVID-19 no direito e na sociedade; e estudos em meio ambiente.

Estudos em direitos humanos traz análises sobre refugiados venezuelanos, comissão da verdade, educação, juiz de garantias, direito das mulheres, população negra, prostituição, pessoa com deficiência e insanidade mental.

Em estudos em políticas de acesso a direitos e dos sujeitos socialmente vulneráveis são verificadas contribuições que versam sobre gestão socialmente responsável, vulnerabilidade, educação como instrumento de governança, direito à moradia, criança, mulheres negras, idosos, povos tradicionais e os não humanos.

Estudos sobre os impactos da COVID-19 no direito e na sociedade aborda questões como estado de insegurança e extermínio do outro, distanciamento social, incerteza contratual e micro e pequenas empresas.

No quarto momento, estudos em meio ambiente, temos leituras sobre resíduos sólidos, vedação ao retrocesso socioambiental, Agenda 2030 e sustentabilidade.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
OS REFUGIADOS VENEZUELANOS NO BRASIL SOB O ENFOQUE DOS DIREITOS HUMANOS: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	
Deborah Yoshie Arima	
Thayliny Zardo	
DOI 10.22533/at.ed.8902115061	
CAPÍTULO 2	11
A ATUAÇÃO DAS COMISSÕES DA VERDADE E AS GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E ÁFRICA DO SUL	
Vinicius Holanda Melo	
Newton de Menezes Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.8902115062	
CAPÍTULO 3	19
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E JOVENS DE ENSINO MÉDIO: A (TRANS) FORMAÇÃO DE SUJEITO DE DIREITOS	
Márcio Braz do Nascimento	
Sinara Pollom Zardo	
DOI 10.22533/at.ed.8902115063	
CAPÍTULO 4	33
O JUÍZ DE GARANTIAS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E O GARANTISMO CONSTITUCIONAL	
Bruna Pessoa Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.8902115064	
CAPÍTULO 5	39
PELO DIREITO DAS MULHERES A UMA VIDA LIVRE DE VIOLÊNCIA: A INFLUÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	
Priscila Cristina Miranda da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8902115065	
CAPÍTULO 6	53
O CAMPO JURÍDICO E (É?) A FÁBRICA DE MOER OSSOS	
Maria Augusta Domingos Dias	
DOI 10.22533/at.ed.8902115066	
CAPÍTULO 7	70
DO REGULAMENTARISMO AO ABOLICIONISMO: A PROSTITUIÇÃO COMO <i>MAL NECESSÁRIO</i> E A PROSTITUTA COMO <i>DEGENERADA NATA</i>	
Gisele Mendes de Carvalho	
Isadora Vier Machado	
Cinthya Ayumi Yotani	
DOI 10.22533/at.ed.8902115067	

CAPÍTULO 8	83
A NOVA CURATELA DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, UMA QUESTÃO DE DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	
Joana Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.8902115068	
CAPÍTULO 9	100
INSANIDADE MENTAL E SUA RELAÇÃO COM OS DIREITOS HUMANOS: REFLEXOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	
Sarah Borges Vasconcelos	
Karla de Souza Oliveira	
Mariane Morato Fonseca Stival	
DOI 10.22533/at.ed.8902115069	
CAPÍTULO 10	115
GESTÃO SOCIALMENTE RESPONSÁVEL SOB O ENFOQUE DOS MARCOS JURÍDICOS CONTEMPORÂNEOS	
Caroline Mendes Dias	
Luciani Coimbra de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.89021150610	
CAPÍTULO 11	130
A PROPORCIONALIDADE COMO FERRAMENTA DE GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS FACE AOS LIMITES DO ESTADO: UMA JUSTICIABILIDADE PONDERADA	
Vanderlei Salazar Fagundes da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.89021150611	
CAPÍTULO 12	139
VULNERABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FOCO DO MINISTÉRIO PÚBLICO SOCIAL	
Carlos Alberto Menezes	
João Batista Santos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.89021150612	
CAPÍTULO 13	159
A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE GOVERNANÇA PARA CAPACITAR OS INTERVENTORES HUMANOS NA APLICAÇÃO E REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO	
Ornella Cristine Amaya	
Danielle Mariel Heil	
DOI 10.22533/at.ed.89021150613	
CAPÍTULO 14	172
JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: DIREITO À MORADIA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
Aline Andrade de Almeida Lopes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.89021150614	

CAPÍTULO 15	185
VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA: SINAIS DE AGRESSÃO FÍSICA APRESENTADOS POR CRIANÇAS E POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	
Kaline Rafaelle Dias da Silva Nicolle Santana dos Santos Levi de Araújo Bezerra Luiz Carlos Alves de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.89021150615	
CAPÍTULO 16	198
INFÂNCIAS ROUBADAS: UMA NOVA ANÁLISE DO CASAMENTO INFANTIL NO BRASIL NO SÉCULO XXI	
Maria Eduarda Pereira Prado da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.89021150616	
CAPÍTULO 17	212
A SUBALTERNIDADE DA MULHER NEGRA EM ITAQUI-RS: REFLEXÕES PRELIMINARES	
Graciele Pereira Souza Paulo Roberto Cardoso da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.89021150617	
CAPÍTULO 18	223
NÃO NOS ABANDONE: A INCLUSÃO FORMAL E A ILUSÃO NEOLIBERAL	
Hélio Luiz Fonseca Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.89021150618	
CAPÍTULO 19	236
O PENSAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E A EXCLUSÃO DOS POVOS TRADICIONAIS: RAZÕES E IMPACTOS DA MENSAGEM DE VETO Nº 163/2017	
Raíssa Chéelsea Mota Braga de Carvalho Antônio Hilário Aguilera Urquiza	
DOI 10.22533/at.ed.89021150619	
CAPÍTULO 20	250
OS DIREITOS DOS NÃO HUMANOS E O PAPEL DA COMISSÃO DA OAB NA SUA GARANTIA E EFETIVAÇÃO	
Gisele dos Santos Lopes Suéllen Cristina Covo	
DOI 10.22533/at.ed.89021150620	
CAPÍTULO 21	263
ESTADO DE (IN)SEGURANÇA: O COVID-19 E O EXTERMÍNIO DO “OUTRO”	
Márcia Barros Ferreira Rodrigues Lorraine Carla da Costa Cordeiro	
DOI 10.22533/at.ed.89021150621	

CAPÍTULO 22.....	278
AS CONSEQUÊNCIAS DO DISTANCIAMENTO SOCIAL CAUSADO PELA PANDEMIA DO COVID-19 NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSO	
Ana Cláudia Reis do Nascimento	
Vanessa Cristina Lourenço Casotti Ferreira da Palma	
DOI 10.22533/at.ed.89021150622	
CAPÍTULO 23.....	290
O DISPÊNDIO RECÍPROCO: A INCERTEZA CONTRATUAL NO CONTEXTO PANDÊMICO HODIERNO	
Lucas Gomes Delarco	
Ana Laura Gonçalves Chicarelli	
Valter Moura do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.89021150623	
CAPÍTULO 24.....	299
PANDEMIA E CONTRATOS DE LOCAÇÃO EMPRESARIAL COM FOCO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	
Ester Hayashi Guimaraes Narciso	
Andrea Hayashi Guimaraes Narciso	
Rafael Monteiro Teixeira	
Lorena Morato Terni	
DOI 10.22533/at.ed.89021150624	
CAPÍTULO 25.....	310
PLANO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E O PRINCÍPIO DA LOGÍSTICA REVERSA NO MUNICÍPIO DE TRINDADE DO SUL - RS	
Raquel Aresi	
Cristiane Zanini	
DOI 10.22533/at.ed.89021150625	
CAPÍTULO 26.....	323
A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO BRASIL E A VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA	
Lara Maia Silva Gabrich	
Naiara Carolina Fernandes de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.89021150626	
CAPÍTULO 27.....	339
A AGENDA 2030 NO CONTEXTO DAS UNIVERSIDADES DA AMÉRICA LATINA: PERSPECTIVA DE SUSTENTABILIDADE, DIÁLOGO DE SABER E BEM VIVER	
Cleusa Maria Rossini	
Daniel Rubens Cenci	
Fernanda Gewehr de Oliveira	
Marlanda Patrícia Caure da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.89021150627	

SOBRE O ORGANIZADOR.....	348
ÍNDICE REMISSVO.....	349

CAPÍTULO 3

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E JOVENS DE ENSINO MÉDIO: A (TRANS)FORMAÇÃO DE SUJEITO DE DIREITOS

Data de aceite: 01/06/2021

Data da submissão: 15/03/2021

Márcio Braz do Nascimento

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UnB)
Brasília – DF
<http://lattes.cnpq.br/0392980326235394>

Sinara Pollom Zardo

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UnB) e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH/Unb)
Brasília – DF
<http://lattes.cnpq.br/8712442846699651>

RESUMO: A presente pesquisa está vinculada à linha de Estudos Comparados em Educação (ECOE), do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), da Universidade de Brasília (UnB) e foi desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Gerações e Juventude (GERAJU). O objetivo desta pesquisa qualitativa reconstrutiva é compreender como a educação em direitos humanos, ofertada como disciplina de direitos humanos no Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), promove a (trans)formação dos jovens estudantes em sujeito de direitos. Para tanto, como procedimento de pesquisa, foram realizados quatro grupos de discussão com estudantes de 15 a 18 anos, vinculados a duas unidades de EMTI do Distrito Federal, em 2019. A análise dos dados foi realizada pelo método

documentário, desenvolvido por Ralf Bohnsack, inspirado na obra do sociólogo alemão Karl Mannheim. Nesta pesquisa, os dados analisados representam o quadro de relevância das experiências e valores dos jovens do EMTI e suas possíveis representações de direitos humanos e sujeito de direitos numa perspectiva interseccional. Os resultados indicaram que os jovens de EMTI reconhecem-se parcialmente como sujeito de direitos, devido ao fato de viverem em um contexto social de opressão e injustiças. Por viverem e conviverem em contextos sociais e históricos de violações de direitos humanos, afirmam a importância da educação em direitos humanos como componente formativo. A pesquisa manifestou a voz e a visão de mundo de jovens que anseiam por justiça social.

PALAVRAS - CHAVE: Educação em Direitos Humanos, Método Documentário, Ensino Médio em Tempo Integral, Sujeito de direitos.

EDUCATION IN HUMAN RIGHTS AND HIGH SCHOOL YOUTH: THE (TRANS) FORMATION OF RIGHTS SUBJECT

ABSTRACT: This research is linked to the line of Comparative Studies in Education (ECOE), of the Postgraduate Program in Education (PPGE), of the University of Brasília (UnB) and was developed within the Generations and Youth Research Group (GERAJU). The objective of this qualitative reconstructive research is to understand how human rights education, offered as a human rights discipline in Full-Time High School (EMTI), promotes the (trans) training of young students as subjects of rights. To this end, as a research procedure, four discussion groups

were held with students aged 15 to 18, linked to two EMTI units in the Federal District, in 2019. Data analysis was performed using the documentary method, developed by Ralf Bohnsack, inspired by the work of German sociologist Karl Mannheim. In this research, the analyzed data represent the relevance of the experiences and values of the young people of EMTI and their possible representations of human rights and subjects of rights in an intersectional perspective. The results indicated that young people from EMTI partially recognize themselves as a subject of rights, due to the fact that they live in a social context of oppression and injustice. Because they live and live in social and historical contexts of human rights violations, they affirm the importance of human rights education as a formative component. The survey manifested the voice and worldview of young people who yearn for social justice.

KEYWORDS: Human Rights Education, Documentary Method, Full-time High School, Subject of rights.

1 | INTRODUÇÃO

Os eixos temáticos desta pesquisa abordam a educação em direitos humanos – como disciplina do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) – a percepção dos jovens sobre os direitos humanos e a oferta da disciplina de EDH como possibilidade de constituição e transformação de indivíduos em sujeitos coletivos de direitos, ou *sujeito de direitos* (CARBONARI, 2008).

A abordagem qualitativa-interpretativa de pesquisa se efetivou por meio do método documentário, desenvolvido por Ralf Bohnsack, inspirado na obra do sociólogo alemão Karl Mannheim; para a geração de dados, foram realizados em 2019 quatro grupos de discussão com os estudantes de 15 a 18 anos, vinculados a duas unidades de EMTI do Distrito Federal. A partir da problemática de pesquisa que investiga a atuação ou a abrangência formativa da disciplina de EDH, a pesquisa social reconstrutiva interpretou e analisou a voz dos jovens como dados empíricos que revelam os quadros de referência e o habitus dos sujeitos da pesquisa.

O estudo da educação em direitos humanos, no contexto do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), e a investigação sobre o quadro de valores da juventude tem, portanto, relevância acadêmico-científica, mas também, político-ética, pois a pesquisa social reconstrutiva torna a percepção dos jovens o ponto de referência epistemológico e ontológico de apreciação, tanto para o campo educacional, quanto para o direito e as políticas públicas em educação e juventude.

Como referencial teórico, utilizou-se a perspectiva crítica dos direitos humanos, visto que, essa propõe o direito como liberdade e justiça no livre acesso aos bens materiais e imateriais do direito (LYRA FILHO, 1982; HERRERA FLORES, 2009b). Ser um sujeito de direitos é, portanto, um processo histórico de lutas sociais e de reconhecimento da dignidade humana, principalmente, por meio de diálogos interculturais nos quais deve-se produzir acesso à justiça e equidade de poder entre todas as culturas (SANTOS, 2009).

Portanto, o objetivo desta pesquisa qualitativa reconstrutiva é compreender como a educação em direitos humanos, ofertada como disciplina de direitos humanos no Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), (trans)forma os estudantes em sujeito de direitos.

A seguir, na primeira parte deste texto, serão apresentados o contexto de constituição da educação integral para o ensino médio e alguns pressupostos da teoria crítica dos direitos humanos, que estão presentes na metodologia de ensino da EDH investigada. Na segunda parte, serão apresentados os preceitos teóricos-metodológicos do método documentário, a nomeação dos grupos de discussão e os principais resultados de pesquisa do Grupo de Discussão cognominado “Jovens Politizadas”. Esses dados empíricos evidenciam *habitus*, quadros de orientação coletiva e visão de mundo dos jovens de EMTI participantes desta pesquisa qualitativa social reconstrutiva.

1.1 Ensino médio em tempo integral como proposta de educação integral

A ideia de educação integral no Brasil tem origem no início do século XX, nos ideias de educação democrática e de formação multidimensional de um sujeito com múltiplas necessidades, segundo o americano John Dewey. A ideia de uma escola que contemplasse a formação integral do estudante influenciou Anísio Teixeira para a criação de escolas integrais e em tempo integral no Brasil (MOLL, 2012).

Na contemporaneidade, a proposta da educação integral e do tempo integral correspondem a (re)formulação do tempo e espaço escolar, se opondo a simples existência do contra turno vazio de sentido pedagógico. Para que haja a formação pluridimensional do aluno, a escola precisa gerar, cotidianamente, processos de aprendizagem significativa, humanística cidadã, conforme prescreve as Diretrizes Pedagógicas para a Educação em Tempo Integral no Distrito Federal (SEDF, 2018, p.13):

[...] em uma escola de tempo integral e não em uma escola dividida em turnos, todas as atividades são entendidas como educativas e curriculares. Diferentes atividades – esportivas e de lazer, culturais, artísticas, de educação ambiental, de inclusão digital, entre outras – não são consideradas extracurriculares ou extraclases, pois fazem parte de um projeto curricular transversal que oferece oportunidades para *aprendizagens significativas* e prazerosas.

Brandão (2012) informa, à esse respeito, que a integralidade no ensino escolar visa contemplar as dimensões humanas: física, intelectual-acadêmica, psicossocial, política e cidadã, visto que, se trata em acolher o estudante para uma formação que considere os múltiplos aspectos do ser. Uma perspectiva de educação, cuja concepção é a de gerar oportunidades de desenvolvimento humano em respeito às diferenças de aprendizagem e as identidades culturais.

Gonçalves (2016) afirma que o sujeito multidimensional é um sujeito plural, o que significa considerar que, além da satisfação de suas necessidades básicas, ele tem demandas de desenvolvimento ético e moral, político e social. O desenvolvimento do

sujeito pluridimensional deve gerar liberdade criativa, visão democrática e autonomia crítica, especialmente, na e para a educação em direitos humanos (SOUSA, 2016).

A nova concepção de Educação Integral em tempo integral deve romper com os muros da escola e da sala de aula como um recinto fechado. A necessária ressignificação da ideia de escola e de aprendizado encontra-se em uma perspectiva de construção do conhecimento a partir da realidade social e histórica do aluno para as aprendizagens significativas, tornando a educação crítica, reflexiva, dialógica e emancipadora (FREIRE, 1993).

À esse respeito, Freire (1994) contemporaniza afirmando que a escola não é só um espaço físico. É um clima de trabalho, uma postura, um modo de ser. Assim, a Educação Integral considera a existência de uma complexa rede de atores, ambientes, situações e aprendizagens que não podem ser reduzidas a mera escolarização, pois correspondem às diversas possibilidades, requisições sociais e expressões culturais presentes no cotidiano da vida.

Os objetivos, portanto, do modelo de Educação Integral do sistema de ensino do Distrito Federal tem como princípios, segundo as Diretrizes da própria Secretaria de Educação (SEDF, 2009, p.07):

[...] a implantação de uma concepção de Educação Integral, que compreenda a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais, por meio da realização de atividades que possam favorecer a aprendizagem, bem como desenvolver as competências inerentes ao desenvolvimento da cidadania.

Neste contexto, em 2018, o Distrito Federal passou a ofertar o Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) em doze unidades da Secretaria de Educação do Distrito Federal, em diversas regiões administrativas, RA - DF. Esta proposta de educação integral tem origem a partir da Portaria Nº 727/17, das diretrizes, parâmetros e critérios para o fomento às escolas de EMTI e faz referência: a Lei nº 13.415/17, da Reforma do Ensino Médio, e à Meta 3 do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2014), instituído pela Lei nº 13.005, de 2014, “da perspectiva de universalização do acesso e da permanência de todos os adolescentes de 15 a 17 anos nesta etapa da educação básica”. Neste contexto de formação múltipla e de ampliação de oportunidades para as aprendizagens, alguns EMTIs passaram a ofertar a educação em direitos humanos (EDH) como disciplina, uma orientação advinda da legislação nacional em EDH (2007).

1.2 Educação em direitos humanos como disciplina curricular

Segundo Sousa (2016), o Plano Nacional da Educação em Direitos Humanos (2007) e as Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos (2012) orientam que a educação em e para os direitos humanos estejam presentes na educação básica como constituidora de princípios e valores para as práticas sociais de valorização da diversidade e da pluralidade, da dignidade humana, especialmente por meio: da disciplina de direitos

humanos, em forma transversal às disciplinas, de modo inter e multidisciplinar, como uma cultura de direitos humanos, em projetos de educação e programas de envolvimento com a realidade sociocultural dos estudantes (DNEDH, 2012). O objetivo da EDH na educação básica, especialmente, no ensino médio é a formação dos estudantes de forma *ética, crítica e política* (DNEDH, 2012; NASCIMENTO, 2019).

A educação em direitos humanos ofertada pelas unidades de Ensino Médio em Tempo Integral, investigadas, é do tipo disciplina curricular ministrada nas três séries de ensino médio. De maneira geral, a metodologia utiliza-se da base do ensino e aprendizagem da teoria tradicional dos direitos humanos, normativa-jurídica-política, na qual se evidenciam os direitos positivados por meio das leis. Encontram-se como parte da bibliografia de estudo e reflexão: a Constituição Federal, os Estatutos, a introdução ao Código Penal e Civil, a ECA, os direitos juvenis, por exemplo.

No entanto, o currículo é enriquecido com os casos sociais trazidos pelos estudantes para a sala de aula como parte de suas experiências com a democracia, a justiça e a lei. A educação em direitos humanos - como teoria crítica e sob a abordagem sociohistórica do ensino e aprendizagem - proporciona uma (re)leitura da realidade social e histórica dos estudantes. Teoria e prática se unem em uma reflexão de valores morais, éticos e cidadãos para compor pluralidade de ideias e desenvolvimento à tolerância, à empatia, à diversidade e à cultura para a paz (SEDF, 2014).

Esta metodologia de ensino e aprendizagem considera o estudante como protagonista de vivência e análise do direito na sociedade brasileira. A voz do estudante encontra-se presente como discurso de validade e (re)orientação do planejamento e desenvolvimento escolar. As aulas em e para os direitos humanos tornam-se diálogos de direitos. Por isso, a disciplina de direitos humanos na perspectiva crítica do direito dispõe-se como instrumento de desenvolvimento humano e político em um processo de emancipação (SOUSA, 2016).

A proposta pedagógica da educação em direitos humanos do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), notadamente, por meio da disciplina de direitos humanos, tem por princípios a Educação: para a cidadania, formação de valores, vivência da solidariedade, o desenvolvimento integral e a construção de um projeto de vida (SEDF, 2018). Objetiva-se que o estudante na formação de um projeto de vida pessoal com vistas a inserção e desenvolvimento na sociedade se constitua como um cidadão participativo e ativo (GALLARDO, 2009).

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007, p. 25) propõe a educação em direitos humanos como um processo sistemático e multidimensional, que deve orientar a (trans)formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões:

- a) Apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) Afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura

dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; c) Formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; d) Desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) Fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

A educação em direitos humanos ofertada nos EMTIs desenvolve um projeto de educação para a formação de valores nas práticas sociais. O estudo dos direitos humanos como educação formativa perfaz o caminho de apropriação da teoria tradicional dos direitos humanos e se desenvolve, de igual modo, sob a vertente da teoria crítica dos direitos humanos como instrumento de transcendência humana, em cujo resultado se procura estabelecer na sociedade: igualdade, liberdade e justiça. É, portanto, um projeto embrionário de potencial ilimitado, pois promove educação libertadora para a *praxis social* (FREIRE, 1993).

Nesse sentido, Carbonari (2014) propõe que a constituição de sujeito de direitos, também em referência à juventude, se faz na afirmação de identidades e de reconhecimentos, intrinsecamente, vinculadas a valorização cultural. Sousa Júnior (2016, p. 87), referencia os Direitos Humanos na esfera “das relações sociais de opressão e libertação que se realizam no cotidiano dos indivíduos na sociedade” em “processos históricos de lutas por direitos”.

A vinculação da educação em direitos humanos para os jovens de EMTI objetiva a autorreferenciação com o direito, a justiça e a promoção do bem coletivo (SEDF, 2018). Esta formação se faz na apreensão da epistemologia da teoria tradicional do direito, mas principalmente, no desenvolvimento político de cidadania ativa, proposto pela teoria crítica (SOUSA, 2016).

A educação em direitos humanos, sob a perspectiva crítica do direito, propõe que: os direitos humanos são processos institucionais e sociais que visam possibilitar a abertura e a consolidação de espaços de luta pela dignidade humana (HERRERA FLORES, 2009); direitos humanos devem ser diálogos interculturais para o acesso de direitos entre todas as comunidades (SANTOS, 2009); e no sistema social e político democrático contemporâneo, como contemporâneo por Lyra Filho (1982), de *O Direito Achado na Rua*¹, o legal não necessariamente carrega em si uma moral da dignidade humana em face a verdadeira natureza dos direitos humanos como justiça social.

Portanto, a educação em direitos humanos (EDH) ofertada nos EMTIs cumpre a função social de escola *democratizante*, na qual os jovens são compreendidos

¹ À esse respeito, tendo como marco inicial o ano de 1987 como um curso à distância conduzido pelo Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos (NEP) e pelo Centro de Educação à Distância (CEAD) da Universidade de Brasília (UnB), o *Direito Achado na Rua* tem sua base na concepção da Nova Escola Jurídica Brasileira (NAIR), proposta por Roberto Lyra Filho. O projeto nasce no contexto da abertura democrática e no marco do processo da Constituinte no Brasil, propiciando “um trânsito de diálogos interinstitucionais e acadêmicos” (SOUSA JUNIOR, 2011) necessário para o reconhecimento das reivindicações dos sujeitos coletivos de direito em uma dimensão classista, popular e concreta, dando continuidade às concepções de enfrentamento para a derrubada dos muros da Universidade e a abertura da mesma para o mundo real dos novos movimentos sociais (SOUSA JUNIOR; PAULA; RAMPIN, 2016, p.9).

como sujeitos sociais e históricos, capazes de realizarem, principalmente, por meio do processo de *esclarecimento* da EDH uma formação ética, crítica e política (DNEHD, 2012; NASCIMENTO, 2019).

21 PERCEPÇÃO DA JUVENTUDE ACERCA DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Os grupos de discussão, como técnica de geração de dados da pesquisa qualitativa reconstrutiva, permitem (re)compor sentidos por meio da escuta e análise discursiva. É a partir dos estudos do sociólogo Ralf Bohnsack na década de 1980, e com base na Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim, que os grupos de discussão se tornam método fundamental de investigação na pesquisa social (WELLER *et al.*, 2002). Segundo Weller e Pfaff (2013, p. 68), “a Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim pode ser considerada uma quarta corrente que influenciou o desenvolvimento de métodos qualitativos ou reconstrutivos”. No método documentário de interpretação, o pesquisador necessita ter uma postura “sociogenética”, não investigando *o que é* a realidade social dos sujeitos de pesquisa, mas o *como* essa está sendo desenvolvida (WELLER; PFAFF, 2013).

A análise dos grupos de discussão devem, segundo Weller e Pfaff (2013, p. 80), “transcender o nível de análise intuitivo ou dedutivo e atingir um nível de análise que por um lado, interpreta e reconstrói os modelos ou quadros nos quais as visões de mundo de determinados grupos foram constituídos e que orientam as ações dos sujeitos”.

A interpretação dos grupos de discussão, conjuntamente as transcrições dos GD em áudio, seguem as seguintes etapas: a) organização temática do grupo ou das passagens e subdivisão de temas; b) documentação da densidade metafórica, ou “grau de detalhamento das descrições ou narrações” e, de igual modo, c) da densidade metafórica, ou “envolvimento dos participantes na discussão dos temas”; d) interpretação formulada ou explicação de “onde e até que ponto a interpretação ou explicação conceitual realizada pelos pesquisados foi simplesmente reformulada pelo pesquisador ou intérprete”; e) interpretação refletida ou a “reconstrução do modelo de orientação coletiva, do habitus coletivo”; f) análise comparativa ou comparação entre os grupos para a verificação do “modelo de orientação comum” dos sujeitos de pesquisa e g) formulação de tipos sociais (WELLER; PFAFF, 2013, p. 80-82).

Nesse sentido, foram realizados 04 (quatro) grupos de discussão, sob os critérios de pesquisa: alunos da disciplina de EDH, entre 15-18 anos e pertencentes ao EMTI. Os sujeitos de pesquisa desenvolveram os grupos de discussão (conforme Quadro 1), sob a orientação de um roteiro de perguntas, divididas em seis blocos temáticos: ensino médio, EMTI, família, juventude e direitos, educação em direitos humanos, perspectivas para o futuro e um bloco de tema livre. Neste estudo, serão apresentados resultados de pesquisa do GD “Jovens Politizadas”, que teceram essa nomeação pelo forte e amplo posicionamento político das jovens em processo histórico-político de emancipação.

GD Jovens Politizadas	GD Jovens Acadêmicos	GD Jovens Jovens	GD Jovens Mulheres
Seis jovens 15-18 anos Gênero: feminino	Seis jovens 15-17 anos Gênero: masculino	Seis jovens 15-18 anos Gênero: masculino	Seis jovens 15-17 anos Gênero: feminino
Data: 18/09/19 Duração: 1h 10min 10seg	Data: 24/09/19 Duração: 51min 37seg	Data: 01/10/19 Duração: 1h 10min 10seg	Data: 01/10/19 Duração: 53min 34seg

Quadro 1: Grupos de Discussão

Fonte: elaborado pelos autores, com dados da pesquisa (2019).

Nesta análise dos dados empíricos, serão apresentados os principais trechos das passagens que respondem aos objetivos desta pesquisa. No primeiro trecho, extraído de uma das passagens do GD “Jovens Politizadas”, revela-se à percepção das estudantes acerca do direito e da justiça. Essa é uma importante relação do quadro de referência coletivo das jovens investigadas.

101 Y1: meninas, vocês poderiam falar é::é como vocês veem **os direitos**

102 dos jovens na sociedade brasileira hoje?

103 Df: °injustiçado°

104 Bf: °péssima né°

105 Ff: °acho que são bem limitados, né°

106 Bf: [@direito, que direito, gente@

O GD se desenvolve demonstrando, coletivamente, que a experiência das jovens com direito é de não haver equidade, respeito e extensão de direitos. Atente-se que no trecho analisado, segundo o método documentário, as jovens respondem conjuntamente em baixo tom de voz, quase sussurrando e encerram o trecho sob uma risada irônica e conformista. As narrações e descrições do grupo se desenvolvem, posteriormente, exponenciando as descrições iniciais. O que se segue são narrações acerca de um quadro coletivo de experiências com o machismo e o silenciamento de jovens mulheres que devem viver os direitos dentro de um amalgama social de rígido controle externo aos comportamentos femininos. Família, cultura religiosa tradicional, escola e sociedade são os aparelhos deste sistema regulador. São jovens, mulheres e estudantes, mas têm seu direito civil de ser delimitado por uma inflexível cultura de ajustamento social.

A interpretação do GD “Jovens Politizadas” prossegue no objetivo em compreender as experiências e o quadro de referência das jovens com a percepção em ser um sujeito coletivo de direito ou sujeito histórico de direito, conforme trecho transcrito da passagem.

133 Y1: Meninas é:é vocês se consideram sujeito de direitos?

134 Ef: °não°

135 Ff: não

136 “TD: @(.)@”

137 Df: @(ai gente=que=tanto horror)@ ninguém aqui tem direitos

138 Af: não:o

139 Bf: sim @somos jovens somos pobres estamos em um colégio público

140 e somos mulheres@

141 Ef: é=exatamente

142 Ef: [já nasceu mulher já:á não tem direitos

143 Af: ah

144 Ff: cê já nasceu mulher:r –cê já não tem direitos

145 Df: [direitos na verdade só existe no papel prática mesmo não existe

146 Bf: [e olha lá se lá no papel está lá só escrito que tem direito @cadê

147 não tem está em branco@

148 “TD: @(2)@”

149 Af: assim o que=qui=acontece a gente estuda pouco direito eu acho

150 que assim de direitos humanos

151 Ff: [°muito pouco°]

As participantes interagem revelando o sentimento coletivo em não se reconhecerem como sujeito que possui plenos direitos ou se constitui como cidadãs de fato e de direito. A declaração “ninguém aqui tem direitos” (Df, 137), expressada após risadas, pretende evidenciar a dificuldade ou desafio enfrentado pelo grupo, como experiência coletiva, já que, “cê já nasceu mulher:r –cê já não tem direitos” (Ef, 144).

Carbonari (2014), nesse sentido, concebe que a constituição de um sujeito de direito é uma construção social permanente em face aos aspectos de desenvolvimento de uma subjetividade ampla: identidade do sujeito em contextos social e histórico. Na perspectiva da interpretação do GD “JP”, as jovens reafirmam a sua invisibilidade como sujeito de direitos e apontam para a necessidade de apropriação da educação em direitos humanos (EDH) como reconhecimento de instrumento de formação política. De posse da EDH, elas teriam voz ativa.

Na interpretação do GD “JP” acerca da disciplina de EDH, as jovens aprovam-na como instrumento de geração de conhecimentos para a vida social.

177 Y1: o que que vocês acham, meninas, de ter a disciplina de

178 direitos humanos no ensino médio?

179 Bf: perfeito quem foi o gênio

180 Cf: °maravilhoso°

181 Ef: maravilhoso

182 Bf: quem foi o gênio que deu essa ideia?

183 Df: maravilhosa perfeita

184 Af: eu acho que já tá muito atrasado

Nessa questão em que se observa a aprovação coletiva da disciplina de educação em direitos humanos no ensino médio, pode-se compreender a EDH como um espaço de geração de diálogos em direitos humanos, no qual as jovens podem se expressar como sujeito de direitos em desenvolvimento à luz, tanto da teoria tradicional, quanto crítica dos direitos humanos. Principalmente, porque na interpretação dos dados empíricos do GD “Jovens Politizadas”, a teoria interseccional – que sugere que formas e manifestações de opressão, aparentemente, discretas são moldadas por outras mutualmente constitutivas – se revela nas narrativas e descrições juvenis das jovens mulheres, em um sistema, segundo a análise de suas realidades sociais, que silencia e mutila suas identidades (CRENSHAW, 1991).

Por fim, após as análises das orientações coletivas do GD “Jovens Politizadas”, foi possível averiguar que existem padrões de experiências que confirmam o quadro de referência juvenil frente a vivência com o direito, a justiça e a liberdade, ou a ausência desses. Aprovada pelo GD, a EDH dispõe-se como instrumento de empoderamento juvenil e proposta de luta social. A educação em direitos humanos é, sobretudo, prática de justiça social e cidadania ativa e participativa. Ter a oferta da educação em direitos humanos (EDH) no ensino médio, de forma especial, nos EMTIs, é permitir a existência de um tempo-espaço no qual o jovem desenvolva suas dimensões pessoal, social e para mundo do trabalho de forma ética, crítica e política.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao objetivo de pesquisa em investigar a efetividade da disciplina de EDH, especialmente, na interpretação e reconstrução dos dados empíricos do GD “Jovens Politizadas”, a educação realizada nos EMTIs foi avaliada como consolidadora de um espaço

de diálogos em direitos humanos e promotora de fundamentação teórica e crítica para as práticas sociais emancipatórias. Na visão das jovens, um instrumento necessário para a compreensão da própria realidade social e histórica, assim como, de empoderamento de direito. Na formação de estudantes em sujeito de direitos, tanto a teoria tradicional, quanto a teoria crítica dos direitos humanos foram consideradas fundamentais. Assim sendo, a disciplina de EDH é avaliada aprendizagem significativa, especialmente, por irromper as salas de aula e torna-se valor no meio social.

A compreensão geral da juventude investigada, por meio do método documentário, é a de que os estudantes de ensino médio, de maneira geral, carecem do acesso e desenvolvimento deste conhecimento formativo cidadão para se reconhecerem e se desenvolverem como sujeitos coletivos de direito. O anseio das jovens entrevistadas é de ter maior acesso a uma educação transformadora de suas realidades sociais, e de igual modo, da (con)vivência de direitos de forma equânime na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. 20ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRASIL. **Plano Nacional da Educação (2014-2024)**. Presidência da República. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. - Brasília, 2014.

BRASIL. **Plano Nacional da Educação em Direitos Humanos** - PNEDH. Secretaria Especial dos Direitos Humanos / Presidência da República. Ministério da Educação. Ministério da Justiça. UNESCO. Brasília – SEDH, 2007.

BRASIL. **Portaria Nº 727 de 13/06/2017 – Instituição do EMTI**. MEC. Disponível em: www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/10931-portaria-mec-nº-727,-de-13-de-m. Acessado em: 30 out 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.005/14. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.415 de 16 de dezembro de 2017. Aprova o Novo Ensino Médio. Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016 (MEC, 2017)**. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acessado em: 07 abr.2019.

BRASIL. MEC – **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2018 (versão impressa).

BRASIL. **Plano Nacional da Educação em Direitos Humanos** - PNEDH. Secretaria Especial dos Direitos Humanos / Presidência da República. Ministério da Educação. Ministério da Justiça. UNESCO. Brasília – SEDH, 2007.

BRASIL. **Portaria Nº 727 de 13/06/2017 – Instituição do EMTI.** MEC. Disponível em: www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/10931-portaria-mec-nº-727,-de-13-de-m. Acessado em: 30 out 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação Integral: texto referencial para o debate nacional.** Brasília, MEC, SECAD, 2009.

CARBONARI, Paulo César. **Educação em Direitos Humanos – Esboço de Reflexão Conceitual.** (2006) Disponível em: www.dhnet.org.br/direitos/militantes/carbonari/carbonari_edh_reflexao_conceitual.pdf. Acessado em: 05 mar. 2019.

CARBONARI, Paulo César. **Sujeito de direitos humanos: questões abertas e em construção. (2014) Em Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos.** Disponível em: www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos. Acesso em: 07 abr. 2019.

CARBONARI, Paulo César. **Educação em Direitos Humanos – Esboço de Reflexão Conceitual.** (2006) Disponível em: www.dhnet.org.br/direitos/militantes/carbonari/carbonari_edh_reflexao_conceitual.pdf. Acessado em: 05 mar. 2019.

CARBONARI, Paulo César. **A formação do sujeito de direitos humanos pela educação: bases ético-filosóficas da educação em direitos humanos.** – (2015) Disponível em: www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/3647. Acessado em: 07 mar. 2019.

CARBONARI, Paulo César. Franz Hinkelammert: utopia crítica, libertação e direitos humanos. In: CARBONARI, P. C. (Org.). **Sentido Filosófico dos Direitos Humanos: leituras do pensamento contemporâneo 2.** Passo Fundo: IFIBE, 2009. p. 69-91.

CARBONARI, Paulo César. **Direitos Humanos e Sujeito de Direitos.** Subsídio elaborado para as conferências realizadas no XXX Seminário Estadual de Educação promovido pela AEC-RS e proferidas em 17 e 18/07/2008, em Porto Alegre, RS.

CARBONARI, Paulo César. **Sujeito de direitos humanos: questões abertas e em construção. (2014) Em Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos.** Disponível em: www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos. Acesso em: 07 abr. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color.** Stanford Law Review 43(6), 1991, p. 1241–99.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação (SEDF) / Subsecretaria de Educação Básica. **Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação para a Educação Integral.** Brasília, 2017.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação (SEDF) / Subsecretaria de Educação Básica. **Diretrizes Pedagógicas e Operacionais para a Educação em Tempo Integral nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.** Brasília, 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **PORTARIA Nº 01 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009, DAS DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL DO DISTRITO FEDERAL.** Governo do Distrito Federal – Secretaria Extraordinária para a Educação Integral. Brasília, GDF – 2009.

DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento da Educação Básica** – Pressupostos Teóricos, 2014. Governo do Distrito Federal. GDF -2014.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do Oprimido**. 23ª edição, Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. 21ª edição. Recife: Universidade Federal do Recife, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

GALLARDO, Hélio. **Derechos Humanos como movimiento social**. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2006.

GALLARDO, Hélio. **Teoría crítica: Matriz y posibilidad de derechos humanos**. (David Sánchez Rubio, editor). Murcia, 2009.

GONÇALVES, A. S. **Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral**. Cadernos Cenpec. (2016). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18676/cadernoscenpec.v1i2.136>. Acessado em: 15 nov 2019.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Boiteux, 2009a.

HERRERA FLORES, Joaquín. **Teoria crítica dos direitos humanos: os direitos humanos como produtos culturais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009b.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia, Antônio Henrique Graciano Suxberger e Jefferson Aparecido Dias Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito**. 17a ed., 14a reimp. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOLL, Jaqueline. **Caminhos da Educação Integral no Brasil** – direito a outros tempos e espaços educativos. (Jaqueline Moll et al.) Porto Alegre: Penso, 2012. 504p.

NASCIMENTO, M. B. A disciplina de Direitos Humanos no Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) como constituidora de sujeito de direitos. **Revista Com Censo**: Estudos Educacionais do Distrito Federal, v. 6, n. 3, p. 71-82, 2019a.

RUBIO, David Sánchez. **Encantos e desencantos dos Direitos Humanos. De emancipações, libertações e dominações**. Tradução: Ivone Fernandes Morcillo Lixa e Helena Helkin. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos humanos: o desafio da interculturalidade**. Revista Direitos Humanos. n. 2. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2009.

SOARES, Sílvia Lúcia. **Direitos Humanos e cotidiano escolar** (2016) in: Educação, direitos humanos e organização do trabalho pedagógico. GONZÁLEZ, Átila; CASTRO, Eder; MIETO, Gabriela; CHAGAS, Júlia; SANTOS, Larissa; PEDROZA, Regina; SOARES, Lúcia. Brasília: Paralelo 15, 2016.

SOUSA, Nair H. Bicalho. **Retrospectiva histórica e concepções da educação em e para os direitos humanos** (2016) in: Educação em e para os direitos humanos. SOUSA, Júnior; ZANETI, Isabel; PULINO, Lúcia; SOUSA, Nair. Brasília: Paralelo 15, 2016.

SOUSA, Nair H. B. **Retrospectiva histórica e concepções da educação em e para os direitos humanos**. In Educação em e para os Direitos Humanos. SOUSA JÚNIOR; ZANETI; PULINO; SOUSA. Brasília: Paralelo15, 2016.

SOUSA JUNIOR, J. G. ; PAULA, H. M. ; RAMPIN, T. T. D. . **Introdução Crítica ao Direito à Informação e à Comunicação na Perspectiva de**. In: José Geraldo de Sousa Junior; Murilo Ramos; Elen Galdes; Fernando de Oliveira Paulino; Janara Sousa; Helga Martins de Paula; Talita Rampin; Vanessa Negrini. (Org.). O Direito Achado Volume 8: Introdução Crítica ao Direito à Comunicação e à Informação. 1ed. Brasília: FAC LIVROS - UnB, 2016, v. 8, p. 10-17.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo. **Algumas questões relevantes para a compreensão dos direitos humanos: problemas históricos, conceituais e de aplicação**. In Educação em e para os Direitos Humanos. SOUSA JÚNIOR; ZANETI; PULINO; SOUSA. Brasília: Paralelo15, 2016.

WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (Org.) . **Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação: Teoria e Prática** [3a edição]. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 336p.

WELLER, W. *et al.* Karl Mannheim e o método documentário de interpretação: Uma forma de análise das visões de mundo. **Sociedade e Estado**, v. XVIII, n. 2, p. 375-396, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v17n2/v17n2a08.pdf>. Acesso: 11 ago. 2019

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abolicionismo 6, 70, 74, 77, 79

Agenda 2030 5, 9, 44, 115, 116, 124, 125, 126, 127, 202, 211, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347

C

Ciências Jurídicas 2, 5, 172, 336

Comissão da Verdade 5, 11, 13, 15, 16, 17

Contrato 175, 292, 293, 294, 295, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 308, 309

Criança 5, 8, 131, 138, 152, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 205, 208, 209, 218

D

Direito 5, 6, 7, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 20, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 44, 45, 49, 50, 53, 54, 57, 58, 60, 61, 62, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 78, 80, 81, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 100, 103, 104, 106, 107, 112, 113, 115, 117, 118, 121, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 149, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 198, 199, 201, 202, 203, 208, 215, 219, 221, 223, 226, 227, 231, 236, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 250, 251, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 265, 268, 269, 270, 273, 274, 275, 276, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 289, 290, 292, 293, 295, 297, 298, 299, 300, 302, 304, 306, 307, 309, 310, 314, 322, 323, 325, 326, 328, 329, 330, 332, 333, 335, 336, 337, 344, 348

Direito das mulheres 5, 6, 39

Direitos Fundamentais 33, 86, 88, 89, 93, 96, 100, 101, 104, 105, 106, 116, 117, 118, 122, 125, 130, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 142, 149, 150, 153, 154, 155, 156, 173, 177, 179, 183, 184, 188, 199, 219, 237, 238, 244, 250, 251, 267, 280, 337

Direitos Humanos 5, 6, 7, 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 66, 77, 81, 88, 89, 92, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 132, 133, 134, 137, 140, 142, 143, 144, 148, 152, 155, 156, 158, 175, 198, 199, 200, 203, 205, 206, 211, 226, 238, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 250, 251, 272, 274, 286, 288, 325, 329, 330, 333, 337, 339, 346, 348

Distanciamento social 5, 9, 278

E

Educação 5, 6, 7, 8, 12, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 48, 49, 54, 55, 63, 66, 67, 76, 80, 95, 96, 106, 118, 132, 134, 138, 139, 154, 159, 160, 167, 168, 169, 185, 188, 189, 190, 191, 194, 199, 200, 202, 203, 207, 214, 215, 226, 248, 259, 260, 261, 270, 284, 297, 316, 337, 339, 340, 343, 346, 348

Efetividade 2, 5, 28, 37, 48, 51, 55, 92, 129, 136, 150, 153, 154, 155, 158, 168, 172, 175, 176, 178, 181, 237, 257, 326, 329, 335

Extermínio 5, 8, 62, 63, 66, 263, 269, 272, 273

F

Fundamentação 2, 5, 29, 188, 250, 251

G

Gestão Socialmente Responsável 5, 7, 115, 116, 117, 119, 126, 127, 128

I

Idoso 9, 153, 155, 187, 189, 226, 227, 231, 233, 234, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 288

Insanidade Mental 5, 7, 100, 101

J

Juiz de Garantias 5, 6, 33, 34, 35, 36, 37, 38

M

Mulheres Negras 5, 55, 212, 213, 216, 217, 218

N

Não Humanos 5, 8, 250, 251, 252, 253, 254, 256, 258, 260

P

Participação 2, 5, 64, 89, 90, 96, 101, 108, 151, 165, 167, 168, 172, 207, 214, 224, 227, 260, 269, 279, 280, 301, 315, 321, 343

Pessoa com Deficiência 5, 7, 83, 84, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 153

Políticas Públicas 7, 8, 8, 12, 20, 44, 49, 60, 64, 101, 108, 130, 131, 135, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 172, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 187, 188, 191, 192, 214, 225, 231, 260, 269, 270, 284, 288, 303, 334, 336, 337, 348

População Negra 5, 56, 67, 214, 215, 274

Prostituição 5, 6, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 205

R

Refugiados 5, 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 144

Resíduos Sólidos 5, 9, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 320, 321, 322, 342

S

Sustentabilidade 5, 9, 117, 129, 160, 171, 311, 312, 326, 339, 342, 345, 346

V

Vedação ao retrocesso socioambiental 5, 9, 323, 333

Violência 6, 8, 2, 6, 13, 16, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 57, 58, 61, 62, 63, 68, 73, 74, 77, 78, 81, 153, 154, 155, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 206, 207, 218, 245, 267, 268, 269, 270, 272, 273, 275, 283, 288

Vulnerabilidade 5, 7, 57, 68, 77, 79, 80, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 151, 152, 153, 156, 202, 203, 205, 207, 226, 227, 228, 233, 241, 246, 283

CIÊNCIAS JURÍDICAS:

Fundamentação, participação e efetividade



Atena
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br



CIÊNCIAS JURÍDICAS:

Fundamentação, participação e efetividade



Atena
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

